

Teoria Geral do Direito Civil II – C

Exame: 7-jun.-2023

11:30-13:30

Tópicos de correção

Todas as respostas devem ser fundamentadas e a base legal relevante indicada (quando aplicável).

I

5 valores

- Análise fundamentada dos elementos essenciais presentes na hipótese: conclusão pela inexistência de negócio;
- Análise fundamentada da ambiência pré-negocial e formação de deveres específicos (art. 227.º/1 CC), na hipótese, em conexão com a formação de uma situação de vulnerabilidade; relevância dos preliminares e a não-limitação a “negociações” (Menezes Cordeiro);
- Em concreto, identificação do dever de segurança e sua violação na vertente de prevenção de danos à integridade física (Menezes Cordeiro);
- Enquadramento fundamentado da responsabilidade civil pré-contratual e posições existentes; natureza do instituto (art. 483.º/1 v. art. 798.º/1);
- Escopo da indemnização – fator de valorização.

II

5 valores

- Efeitos e escopo dos poderes de representação;
- Recondução da atribuição de poderes por escrito à figura da procuração (Art. 262.º CC); capacidade do procurador (art. 263.º CC);

- Análise fundamentada da representação sem poderes (Art. 268.º CC); corolários vs. abuso de representação (Art. 269.º CC); respetivas implicações e consequências.

III

5 valores

- Caracterização dos elementos essenciais do negócio de forma completa e fundada;
- Identificação da possibilidade de erro sobre o objeto e implicações (art. 251.º e art. 247.º *ex vi* CC);
- Interpretação de ambas as declarações negociais (art. 236.º/1; art. 237.º, *in fine* CC);
- Conclusão pela solução de maior equilíbrio das prestações (pós-análise do modelo-base referente ao sentido do declaratório art. 236.º/1, primeira parte CC).
- Inexistência de lacuna negocial para efeitos do disposto no artigo 239.º CC.

IV

5 valores

- Qualificação do evento Guerra na Ucrânia e subsequente escalada da inflação e relevância fundamentada no plano do negócio como alteração das circunstâncias (pressupostos e tomada de posição);
- Caracterização do dever de renegociar o contrato e enquadramento jurídico-sistemático à luz da boa-fé;
- Corolários e tutela do dever de renegociar;
- Recondição da declaração da Sociedade B enquanto suscetibilidade de desvinculação por inexigibilidade; onerosidade excessiva;
- Discussão fundamentada entre coação moral e usura;

- Suscetibilidade do carácter usurário da declaração;
- Discussão sobre inexistência de coação moral na medida em que a declaração corresponde ao exercício normal de um direito (art. 253.º/3 CC) vs. exercício abusivo.